

# NOTAS SOBRE O ENSINO PRIMÁRIO EM CONCEIÇÃO DO ARROIO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX: AS MEMÓRIAS DE ANTONIO STENZEL FILHO EM SUA OBRA "A VILA DA SERRA"

*NOTES ABOUT PRIMARY EDUCATION IN CONCEIÇÃO DO ARROIO IN THE SECOND HALF OF THE 19TH CENTURY: THE MEMORIES OF ANTONIO STENZEL FILHO IN HIS BOOK "A VILA DA SERRA"*

**Maria Augusta Martiarena de Oliveira<sup>1</sup>  
Valesca Brasil Costa<sup>2</sup>**

## **Resumo**

Antônio Stenzel Filho era natural do município de Conceição do Arroio, hoje denominado Osório, localizado no Rio Grande do Sul. O escritor nasceu a 8 de junho de 1862, apenas quatro anos após a emancipação do município em relação a Santo Antonio da Patrulha. Em 1924, o autor publicou um livro de memórias denominado *A Vila da Serra (Conceição do Arroio): sua descrição física e histórica. Usos e costumes até 1872. Reminiscências*, no qual apresenta lembranças sobre diversos aspectos do município. O objetivo deste trabalho é analisar, com base em tais memórias, o contexto do ensino primário na localidade. Para tanto, além da obra do autor, utilizou-se como fontes de pesquisa os regulamentos que pautavam a instrução pública na província de São Pedro, atual estado do Rio Grande do Sul (tais regulamentos foram compilados por Tambara e Arriada), os censos do período, os quais foram organizados e disponibilizados pela extinta Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul e o Álbum do Partido Republicano Castilhistas, publicado em 1932. Verificou-se que, conforme presente nas disposições do Regulamento da instrução de 1857, o município contava com uma aula para meninas e uma aula para meninos, além de possíveis aulas privadas. Essas aulas localizavam-se na zona central da cidade e encontravam-se próximas umas as outras. A obra de Stenzel indica que os espaços onde se realizavam provavelmente haviam sido alugados pelo governo da província. Dessa forma, entende-se que ainda que a obra de Stenzel não conte com um capítulo dedicado ao tema educação ou instrução, ao delinear o traçado urbano em sua descrição das ruas, as quais possivelmente receberam a nomenclatura do ano de sua publicação, foram indicados os locais das aulas e casas de professoras e professores.

**Palavras-chave:** ensino primário, período imperial, memorialistas, memória.

## **Abstract**

Antônio Stenzel Filho was born in the municipality of Conceição do Arroio, called today as Osório, located in Rio Grande do Sul. The writer was born on June 8, 1862, just four years after the emancipation of the municipality from Santo Antonio da Patrulha. In 1924, the author published a memoir called *A Vila da Serra (Conceição do Arroio): its physical and historical description. Uses and customs until 1872. Reminiscences*, in which it presents memories about various aspects of the city. The objective of this work is to analyze, based on such memories, the context of primary education in the locality. Therefore, in addition to the author's work, the regulations that guided public instruction in the province of São Pedro, current state of Rio Grande do Sul (such regulations were compiled by Tambara and Arriada), the censuses of the period, which were organized and made available by the extinct Foundation of Economics and Statistics of Rio Grande do Sul and the Album of the Castilhistas

Republican Party, published in 1932. It was found that, in accordance with the provisions of the Instruction Regulation of 1857, the municipality it had a class for girls and a class for boys, as well as possible private classes. These classes were located in the central area of the city and were located close to each other. Stenzel's work indicates that the spaces where they were held had probably been leased by the provincial government. Thus, it is understood that even though Stenzel's work does not have a chapter dedicated to the theme of education or instruction, when outlining the urban layout in his description of the streets, which possibly received the nomenclature of the year of publication, they were indicated the places of classes and houses of teachers and teachers.

**Keywords:** primary education, imperial period, memorialists, memory.

## 1.Introdução

Em 1924, Antônio Stenzel Filho publicou um livro de memórias denominado *A Vila da Serra (Conceição do Arroio)*, no qual apresenta lembranças sobre diversos aspectos do município que hoje denomina-se Osório. Conforme o autor, tais lembranças remontam ao período anterior a 1872, quando era ainda uma criança. O objetivo deste trabalho é analisar, com base nas referidas memórias, o contexto do ensino primário na localidade. Para tanto, utiliza-se como fonte de pesquisa a obra do referido memorialista, bem como outros documentos fundamentais para a compreensão do contexto educacional do período. Destaca-se que este estudo se insere em uma pesquisa maior, denominada História da Educação, Educação Profissional e das relações Trabalho e Educação no Litoral Norte gaúcho (séculos XIX, XX e XXI)<sup>3</sup>.

Inicialmente, serão tecidas considerações sobre os referenciais teóricos e metodológicos que pautaram esta pesquisa e que viabilizaram este estudo, notadamente aqueles que se referem à memória, documentos e memorialistas. Posteriormente, com base em estudos que utilizaram Stenzel e no *Álbum do Partido Republicano Castilhista*<sup>4</sup>, será apresentada uma breve biografia do autor. Posteriormente, com base no livro *Vila da Serra* e na compilação de censos publicada pela Fundação de Economia e Estatística em 1981, apresenta-se o contexto histórico de Conceição do Arroio de sua emancipação de Santo Antônio da Patrulha, em 1858 até 1873. Por fim, delinea-se o quadro educacional apresentado na obra de Stenzel, o qual é comparado com a legislação estadual no que se refere à instrução no Rio Grande do Sul, durante o século XIX.

## 2.Considerações iniciais acerca da memória

Antes de nos determos mais especificamente no estudo proposto por este texto é preciso considerar que a memória merece papel de destaque não só no campo da História, uma vez que os gregos demonstraram perceber a importância da memória ao instituir à Deusa *Mnemosyne* (mãe das musas que protegem as Artes e a História) o poder de conferir imortalidade aos homens, permitindo-lhes, em suas obras e através de registros, tornarem-se memoráveis, não morrendo jamais, bem como é observada na obra dos filósofos Sócrates e Aristóteles.

Assim, na obra intitulada *A memória, a história e o esquecimento*, Paul Ricoeur destaca a metáfora que os filósofos criaram considerando que a memória seria como cera em que os fatos que presenciamos ou participamos ficam marcados, de maneira a não esquecermos e estão ali, impressos na memória. A memória e o esquecimento (ele, o esquecimento, o oposto dela) sempre fizeram parte das questões ainda a serem desvendadas, descobertas pelos seres humanos e, assim, nos amparamos em Izquierdo que define:

Memória é a aquisição, conservação e evolução de informações. A aquisição se denomina também aprendizado. A evocação também se denomina recordação ou lembrança. Só pode se avaliar a memória por meio da evocação. A falta de evocação denomina-se esquecimento ou olvido. Uma falha geral da evocação de muitas memórias denomina-se amnésia (IZQUIERDO,2009, p.16)

É interessante destacar que enquanto fonte, a memória ganhou significativo espaço nos estudos acadêmicos, cabendo considerar que outros escritos já abordaram a noção e definição da palavra "fonte", ou seja, está relacionada com algo que emerge, e quando se fala na memória parece que não ocorre de maneira diferente, ou seja, a memória vai na nossa origem, faz emergir como uma fonte nossas lembranças.

Memória e história oral se aproximam e podem se confundir nas pesquisas. A memória constitui-se em documento, e a História Oral é a

metodologia aplicada no intuito de operacionalizar o diálogo entre teoria e dados empíricos, promovendo outras perspectivas de conhecimento do passado (GRAZZIOTIN; ALMEIDA, 2012, p.36)

É mister destacar ainda o trabalho desenvolvido por Ecléa Bosi quando se dedica a estudar a memória do idoso em sua obra intitulada *Memória e sociedade: lembrança de velhos*, foi também um marco ao que diz respeito ao tema sobre memória. Assim, cada sujeito busca em suas memórias os fragmentos e vai aos poucos juntando pedaços daquelas memórias que permitem chegar ao mais próximo do que era a realidade rememorada, “lembrança é a sobrevivência do passado. O passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora à consciência na forma de imagens-lembranças” como bem destaca Bosi (1994, p. 53)

No século XX, a memória passou a ser importante objeto de reflexão nas ciências humanas. É preciso recorrer à dois pesquisadores que se constituíram como referências para os estudos que têm se desenvolvido na área, são eles: Maurice Halbwachs (2006) e ainda Michel Pollack (1989). Deste modo, a memória embora tenha adquirido um espaço de destaque nas pesquisas em História após o Século XX, sempre teve papel fundamental na sociedade como maneira de revisitar os fatos.

### **3.Memória, documentos e memorialistas**

Ao estudar diferentes fontes de pesquisa, deve-se ter em conta que, de acordo com Lopes e Galvão: “Em sua inteireza e completude, o passado nunca será plenamente conhecido e compreendido; no limite, podemos entendê-lo em seus fragmentos, em suas incertezas”, (LOPES; GALVÃO, 2001, p.77). Por mais que o pesquisador tente se aproximar de uma verdade sobre o passado, permanecem sempre fluidos e fugidios os pedaços de história que se quer reconstruir. Para essas autoras, deve-se identificar no conjunto dos materiais produzidos por uma determinada época, por determinado grupo social, por determinada pessoa, aqueles que podem dar sentido à pergunta que inicialmente se propôs; aqueles que recortados e reagrupados podem servir de base à operação propriamente historiográfica, ou seja, à interpretação e à escrita. As autoras salientam que já foi realizada previamente uma seleção, a qual se deu por aqueles que produziram o

material, pelos responsáveis pela sua conservação ou pela sua destruição, seja ela intencional ou não, e pelo próprio tempo. Nesse sentido, remete-se a Le Goff, pois, segundo o autor:

O que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores”, (LE GOFF, 2003, p.535).

O citado historiador francês, expoente da terceira geração dos Annales afirma que esses materiais podem se apresentar como monumentos (herança do passado) e como documentos (escolha do historiador). Para Lopes e Galvão (2001), o pesquisador, além de ter um conhecimento do problema que se coloca, da historiografia, metodologia e teoria da história, deve também aprofundar-se nas teorias e metodologias próprias do tipo de fonte a que recorre. Além disso, o uso de fontes diversificadas pode ajudar no controle da subjetividade do pesquisador. Quanto maior for a pluralidade de documentos, maiores as possibilidades de melhor explorá-los e compreendê-los. Deve-se, portanto, realizar uma crítica dos documentos, pois, de acordo com Le Goff:

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio, (LE GOFF, 2003, p. 547).

Ginzburg (1989), aborda o paradigma indiciário, método extremamente difundido na comunidade acadêmica. Nele, o historiador é equiparado a um detetive, pois é responsável pela decifração de um enigma, pela elucidação de um enredo e pela revelação de um segredo. Conforme Ginzburg (1989) é fundamental não compreender as representações do mundo em sua literalidade, como se as mesmas fossem reflexo da realidade. Para o historiador italiano, deve-se ir além do que é dito e mostrado, o que considera a regra de ação desse historiador detetive. O autor

menciona, ainda, a necessidade de exercitar o olhar para os traços secundários, para os detalhes.

O autor afirma que de detetive o historiador se transforma em médico, em busca dos sintomas, dos fenômenos paralelos que emitem sinais e dão a ver sentidos. O autor ressalta que, em sua atuação, tal qual um crítico de arte, o historiador não deve ater-se apenas ao primeiro plano ou à aparência de um conjunto que se dá a ver, segundo uma primeira impressão; busca o segundo plano, vai na procura dos detalhes que cercam a cena principal, analisa cada elemento em relação ao conjunto. Segundo Pesavento (2003): "Falar de método é falar de um como, de uma estratégia de abordagem, de um saber-fazer", (PESAVENTO, 2003, p.63). É a questão formulada, o problema que ilumina o olhar do historiador, que transforma os vestígios do passado em fonte ou documento, mas é preciso fazê-los falar. Caso contrário, eles revelam somente a existência de um outro tempo, de um antigo, em que os homens falavam uma língua diferente, nesse país estranho do passado.

Com relação aos trabalhos de memorialistas, tem-se em conta o que afirma Domingues (2011), que diferencia os trabalhos memorialísticos dos historiadores, pela ausência de rigor teórico-metodológico. Goulart(2007), entretanto, destaca o fato de que a produção historiográfica acerca do Brasil durante todo o século XIX e parte do século XX ocorreu desvinculada de formação acadêmica, tendo em vista que essa inexistia na época e o título de historiador era dado a todos os que se dedicavam a estudar o passado. Nesse sentido, é inegável contar, por exemplo, com as contribuições de Antonio Stenzel Filho, que em seu livro *A Vila da Serra*, rememorou lembranças sobre sua infância em Conceição do Arroio durante o final do século XIX. Cabe aos pesquisadores lançarem um olhar crítico e realizar a comparação com outras fontes de pesquisa.

### **3.1 Antônio Stenzel: um memorialista, um intelectual de sua época**

Antônio Stenzel Filho é natural do município de Conceição do Arroio e nasceu a 8 de junho de 1862. De acordo com o *Álbum do Partido Republicano Castilhistas*, publicado em 1932, Antonio Stenzel atuou como propagandista desde 1883, tendo: "[...] revelando espírito democrático de invulgar combatividade. E ao se inaugurar o

regime republicano vemol-o á frente de seus correligionários, no pujante partido castilhista”, (ÁLBUM DO PARTIDO REPUBLICANO CASTILHISTA, 1932, p.130). Conforme essa publicação, Antonio Stenzel Filho formou na vanguarda, na 4.<sup>a</sup> brigada comandada pelo General Salvador Pinheiro e incorporada à Divisão do Norte. A partir de seu retorno, Stenzel teria se dedicado à administração de Conceição do Arroio, atuando como conselheiro municipal, em diversos quadriênios, bem como tendo ocupado o cargo de vice-intendente e, por duas vezes, “membro da comissão executiva do Partido Republicano, respectivamente por nomeação do Dr. Júlio Prates de Castilhos e Dr. Borges de Medeiros”, (ÁLBUM DO PARTIDO REPUBLICANO CASTILHISTA, 1932, p.130). Profissionalmente, o Álbum informa que ocupou por muitos anos o cargo de “Escrivão de Órfãos”, tendo aposentado-se em 1923.

São poucos os estudos acadêmicos realizados sobre esse memorialista. Localizou-se apenas duas pesquisas nas quais o escritor fora mencionado: uma publicada na Revista Justiça e História, cujo título é “Política e Magistratura no Brasil Imperial. O Litoral Norte do Rio Grande do Sul como um Estudo de Caso”, de autoria de Marcos Antonio Witt, cujo objeto de pesquisa constituía-se em um inquérito policial que narrou a expulsão de dois juízes de Conceição do Arroio, em julho de 1879. Para tanto, o mesmo utilizou-se da obra *Vila da Serra* como um de seus documentos de pesquisa. O outro estudo, intitula-se *Folias do Divino, bandas e foguetórios em antigos povoados açorianos do Rio Grande do Sul (Brasil): transformando e reorganizando antigas tradições ou (re)inventando raízes baseadas em rotas atlânticas recentes*, de Reginaldo Gil Braga, que utilizou a obra de Stenzel para o estudo das folias do Divino. Fora do âmbito acadêmico, em 2015, um grupo de estudiosos locais publicaram um livro denominado “Amor à Arte: Antônio Stenzel Filho e seu tempo”, o qual versa exclusivamente sobre o intelectual local.

A obra de Stenzel está dividida em duas partes: a primeira, dedica-se à descrição física e histórica do município, contando com os seguintes capítulos: a) Histórico; b) Os primeiros vereadores; c) Limites urbanos; d) A Igreja; e) O cemitério e f) Os arrabaldes. A segunda parte dedica-se aos usos e costumes, tendo como

capítulos: a) Festas religiosas; b) Teatro; c) O Foro; d) As bandeiras do Divino; e) Jogo; f) Tipos populares; g) Pão por Deus; h) Moda; i) Carreiras; j) Lendas; k) Funerais; l) Os Reis; m) Quicumbis e Moçambiques; n) Canto gaúcho; o) Página galante; p) Política; q) Troças e farras; r) De como se ia a Porto Alegre; s) O entrudo; t) Tempo de moer a cana; u) Bailes familiares; v) Diversões infantis e w) Despedindo-se.

Pode-se perceber que a obra não conta com um capítulo específico sobre educação ou instrução, termo usual no século XIX. Entretanto, ao descrever o município, Stenzel aborda o contexto educacional indiretamente. Logo, a partir desses vestígios pretende-se estudar a história da educação em Conceição do Arroio, até 1872.

### **3.2 Conceição do Arroio: a Vila da Serra**

Concorda-se com Vilar (2001), quando o mesmo afirma que pensar a sociedade é pensar o Tempo e o Espaço. De acordo com o autor, as temporalidades não afetam de maneira igualitária a todos os lugares, portanto torna-se fundamental estudar determinadas regiões, as quais possuem características particulares, influenciadas concomitantemente pelas relações estruturais e conjunturais, bem como pelos elementos locais. Considera-se fundamental, portanto, compreender como era Conceição do Arroio durante a infância de Stenzel. De acordo com dados apresentados tanto por documento publicado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) em 1981, denominado *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande Do Sul - censos do RS: 1803-1950*, o nome do município origina-se na invocação à Nossa Senhora da Conceição e o mesmo foi desmembrado do município de Santo Antônio da Patrulha, com base na Lei nº 401, de 16 de dezembro de 1857, tendo a instalação do município iniciado em 12 de abril de 1858. O compêndio apresentado pela referida fundação aponta que o início do povoamento da sede deu-se a partir de 1732, informação que se contrapõe ao que foi apresentado no *Álbum do Partido Republicano Castilhistas*, que afirma ter sido no ano de 1719 o início do



povoamento, formado por pessoas oriundas de Laguna. Conforme as informações contidas no Álbum, a capela fora criada em 1724.

Ainda que o ano de 1719 seja indicado por Stenzel como o início do povoamento realizado por casais açorianos oriundos de Laguna, a data de fundação da capela difere do que Stenzel apresenta em seu livro, pois, segundo o memorialista, foi em 24 de abril de 1742 que Antônio Gonçalves dos Anjos fundou uma capela em homenagem à Nossa Senhora da Conceição. A elevação à freguesia teria ocorrido apenas em 1773. Após sua emancipação, em 1858 (ano mencionado anteriormente), Stenzel indica que o município ficou dividido em três distritos: 1) Vila; 2) Três Forquilhas e 3) Palmares.

Com relação à população local, com base no Censo de 1846: Conceição do Arroio contaria com uma população de pessoas brancas do sexo feminino de 784, pessoas brancas do sexo masculino de 895, sendo o total de 1679 pessoas brancas. Não foram mencionadas pessoas indígenas, pretos libertos e pretos escravos, categorias indicadas no referido censo. Já com base nos dados de 1858, segundo mapa tirado pelas listas de famílias:

**Tabela 1 -Dados da população de Conceição do Arroio (apenas Sede) extraídos do Censo de 1858**

Conceição do Arroio Livres	Libertos	Escravos	Todos
2.341	43	964	3348

**Fonte:** Elaborada pelas autoras

Percebe-se que os dados da sede passam a incluir pessoas escravizadas a partir de 1858. Não se tem a informação de porque essa camada da população não foi contabilizada no censo anterior, no qual Conceição do Arroio ainda integrava o município de Santo Antônio da Patrulha. Tais dados da população são fundamentais para compreender o contexto sobre o qual versa a obra *A Vila da Serra*. Pierre Vilar (1985) entende que a investigação histórica se propõe a compreender os “[...] mecanismos que vinculam a sucessão dos acontecimentos à dinâmica das estruturas dos fatos sociais (VILAR, 1985, p.49). Tal autor enfatiza a importância de elementos

estruturais e conjunturais no estudo dos objetos de pesquisa a que a História se dedica. Nesse sentido, tanto os dados demográficos, como informações extraídas do texto de Stenzel apontam para tais elementos. Na página 12 de sua obra, Stenzel indica os nomes dos primeiros vereadores, os quais retoma a apresentação na página 16. São eles:

**Tabela 2 – Primeiros vereadores de Conceição do Arroio**

<b>Vereador</b>	<b>Profissão/Atividade a que se dedicava</b>
João Antunes Tavares	Proprietário <sup>5</sup>
Firmiano José Luís Osório <sup>6</sup>	Proprietário de terras
José Luís da Silva Marques <sup>7</sup>	Proprietário de terras (agricultura e fabricação de aguardente) e de escravos, capitão (provavelmente militar)
João Antônio Marques	Militar (major)
Joaquim Antônio de Sousa Neto <sup>8</sup>	Fazendeiro
João Antônio Gomes Filho	Comerciante e policial (capitão),
Francisco Inácio Bernardino da Silva	Fazendeiro (agricultura)

**Fonte:** Elaborada pelas autoras

Tendo em vista os dados apresentados na tabela, pode-se perceber que dos seis vereadores, cinco dedicavam-se a atividades relacionadas à agricultura, sendo proprietários de terras. Ainda que Stenzel relacione apenas José Luís da Silva Marques com a propriedade de escravos, considera-se viável acreditar que a maior parte desses proprietários fizessem uso do trabalho de pessoas escravizadas, o que caracterizou o século XIX até a abolição da escravatura, ocorrida em 1888. Além disso, Stenzel (1980) aponta para informação relevante com relação ao posicionamento do grupo no que se refere às questões políticas: todos os primeiros vereadores de Conceição do Arroio eram integrantes do Partido Conservador. Ressalta-se, ainda, que ao apresentar as ruas da sede, o escritor descreve as ruas e as pessoas que as habitavam e nessa descrição, uma série de profissões são apontadas. Logo, entende-se que a primeira constituição da Câmara de Vereadores foi pautada pela elite local, a qual possuía um papel hegemônico na região e não

duvidou em ocupar os cargos políticos. Compreende-se que durante o século XIX houve uma dicotomia entre uma educação para as camadas populares e uma educação para as elites, logo, necessariamente determinados grupos estariam alijados das decisões políticas.

Sobre os partidos, Stenzel dedica um capítulo denominado “Política”. De acordo com o escritor, naquele período vigorava o sistema de eleição indireta. O líder local do Partido Liberal era o Coronel Antônio Marques da Rosa e o líder do Partido Conservador era o Major João Marques. Stenzel (1980) afirmou que não havia grande diferenciação entre os partidos até a chegada do Dr. Paulino Chaves, Juiz de Direito da então Comarca de Maquiné. As eleições efetuavam-se na Igreja e duravam entre quinze e vinte dias e, segundo o memorialista, a política era:

“[...] mansa, cheia de tolerância e considerações, os dois partidos, ao se revesarem no poder, limitavam-se às derrubadas, destituindo os adversários dos cargos públicos e escolhendo os seus correligionários para as posições oficiais [...]”, (STENZEL FILHO, 1980, p.78).

#### **4.Vestígios e entrelinhas: possibilidades de estudo da História da Educação em Conceição do Arroio durante o século XIX**

Anteriormente, apresentou-se os capítulos a que Stenzel dedicou-se. Pode-se perceber que o tema da educação não recebeu um capítulo específico. Entretanto, o contexto educacional é abordado indiretamente, principalmente na descrição das ruas, quando são mencionados os moradores e suas atividades. Dessa forma, ao abordar as ruas, são citadas duas professoras (Tomasinha e Dona Quetéria Cristina de Jesus) e três professores (Virgílio, Rocha e Ernesto de Sousa Leal). Nas memórias do escritor, tem-se a referência do nome completo apenas de uma professora e de um professor. Além disso, a escola do sexo feminino e do sexo masculino são mencionadas em relação aos docentes, cujos nomes completos foram informados.

Considera-se relevante, para tecer reflexões acerca do contexto educacional, identificar os regulamentos estaduais que regiam a instrução naquele período. Tendo em vista que o livro de Antônio Stenzel Filho dedica-se à Conceição do Arroio até o ano de 1872, logo, no que se refere às normativas provinciais, incidiam:

1. Regulamento para a instrução primária e secundária da província de São Pedro do Rio Grande do Sul de 1857
2. Ato referente à inspeção das aulas de 1857
3. Regulamentos de 1859 que alteram o de 1857

Sobre essas legislações, é fundamental ter em conta o que afirma Tambara (2002) sobre o fato de que ainda que o ato adicional de 1834 tenha descentralizado para as províncias as responsabilidades com relação ao ensino primário e secundário, as diretrizes definidas pelo Município Neutro influenciavam nas normativas provinciais.

Como foi mencionado anteriormente, havia uma escola para o sexo feminino e uma para o sexo masculino, o que se encontra em consonância com o previsto no Regulamento de 1857, cujo Título I, denominado "Da instrução pública primária", e Capítulo I, intitulado "Das matérias do ensino, condições e regimen das escolas", em seu Art. 5.º, previa que "Em cada Parochia haverá pelo menos uma escola do 1.º gráo para cada um dos sexos". Além disso, conforme Saviani (2008), a Lei de 15 de outubro de 1827, promulgada pela União, determinou a criação de Escolas de Primeiras Letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos. Nesse sentido, Arriada e Tambara (2012) afirmam que o século XIX encontrava-se impregnado pelas ideias de secularização e laicidade. Tal contexto era caracterizado pelo domínio do Estado, o qual se utilizava da escola como aparelho ideológico.

Retomando-se o Regulamento de 1857, o Art.8.º previa que o presidente da província, sobre informação do inspetor geral, deveria designar casa no centro dos distritos, "com as precisas acomodações para as escolas; alugando provisoriamente edificios particulares, em quanto não os hover publicos, para esse fim destinados". A descrição de Stenzel parece indicar que tais atividades ocorriam em prédios particulares. Com relação à escola do sexo feminino, o escritor apontava: "Na casa dos Nunes, que nenhuma modificação sofreu, era a escola do sexo feminino, regida pela professora (minha madrinha) Dona Quetéria Cristina de Jesus", (STENZEL FILHO, 1980, p.21). Com relação à escola do sexo masculino, Stenzel (1980) indicava:

Terminava a rua, fechando o quadro da Vila: a casa da esquina, do referido José Augusto. Não sofreu modificação, a não ser com o

acrécimo da varanda, do lado da rua da Independência. Aí funcionava a escola do sexo masculino, regida pelo professor Ernesto de Sousa Leal; o qual, sobre o pouco saber, era muito desleixado, (STENZEL FILHO, 1980, p.24).

A partir das memórias de Stenzel, pode-se perceber que os prédios pertenciam a particulares (Nunes e José Augusto) e não sofreram alterações, ou foram poucas as modificações realizadas para a instalação das aulas. Acredita-se que as aulas de Dona Quetéria e de Ernesto eram aulas públicas, no entanto, existia a possibilidade, com base no Regulamento da Instrução Primária e Secundária de 1857, de que se trata-se da contratação de docentes particulares, conforme o Art.10:

Não obstante a disposição do Art. 5.º, quando em uma Parochia por sua pequena população, falta de recursos, ou qualquer outra circunstancia, não se reunir numero sufficiente de alumnos, que justifique a criação da escola ou sua continuação, e houver no lugar escola particular bem conceituada, poderá o Inspector geral, com aprovação do presidente da provincia, contractar com o professor dessa escola a admissão de alumnos pobres, mediante uma gratificação rasoavel.

Deve-se ter em conta que o escritor não evidencia se tais docentes atuaram concomitantemente ou em períodos diferentes. Acredita-se que, em função do Regulamento de 1857, a escola do sexo feminino e a do sexo masculino eram contemporâneas. A ideia de temporalidade somente separa dois docentes, Virgílio e Rocha, sobre os quais afirma:

Esta casa foi edificada pelo Juca – tanoeiro, um português gordo e baixo, que aí teve negócio. Depois foi ocupada com a escola regida pelo professor Virgílio; de gloriosa memória, devido aos meios brutais com que ensinava. Ainda mais tarde, aí também teve sua escola o professor Rocha, cuja senhora, Dona Maria Rocha, fazia doces para vender e entre eles uns bolinhos que eram muito apreciados, (STENZEL FILHO, 1980, p.22).

Verifica-se, também, que a casa que serviu de escola para o professor Virgílio foi adequada para tal e continuou com o propósito quando da atuação do professor Rocha. A parte da atuação da esposa deste docente como doceira, o escritor atribui

determinadas características aos docentes. Por exemplo, no excerto acima, Stenzel considerava que o professor Virgílio utilizava meios brutais para ensinar, embora tivesse uma gloriosa memória. Tal brutalidade, mencionada por Stenzel, cujo tema não aprofundou, pode estar relacionada ao fato de que, conforme Arriada e Tambara (2012, p.74): “Trata-se de um modelo de escola que não apenas instruía e formava, mas também estabelecia comportamentos e valores, que se articulavam em torno da didática, da racionalidade, da disciplina, das práticas repressivas.”

Deve-se ter em conta que, conforme o artigo 24 do Regulamento de 1857, eram considerados meios repreensivos para os meninos: repreensão; tarefa de trabalhos próprios ao ensino, em horário além do destinado às aulas; castigos morais que excitassem o vexame; expulsão da escola. Em caso de castigos maiores, era necessário comunicar aos pais. Dessa forma, pode-se compreender que os docentes encontravam-se respaldados para atuarem de forma mais bruta, conforme as orientações previstas na legislação da província. No Regulamento alterando algumas Disposições do Regulamento de Instrução Pública de 1857, publicado em 1859. Conforme o artigo 24:

Os professores poderão impor aos seus alunos, conforme sua idade, natureza e gravidade das faltas, as seguintes penas:

§ 1.º As estabelecidas pelo artigo 24 do regulamento n.6 do 1.º de Junho de 1857 § § 1.º, 2.º, 3.º e 4.º

§ 2.º Leitura, repetidas vezes, em voz alta, do preceito moral infringido.

§ 3.º Separação do aluno da classe á que pertencer, e sua collocação em lugar especial, em pé, de joelhos, por espaço nunca menor de uma hora.

§ 4.º Rebaixamento de classe, ou de lugar.

§ 5.º Retenção do aluno na escola, por algum tempo, depois da conclusão dos trabalhos.

§ 6.º Expulsão.

Logo, além de reafirmar as punições presentes no Regulamento de 1857, o de 1859 amplia, ao mesmo tempo em que limita, ao não mencionar castigos físicos. Deve-se ter em conta que Stenzel não deu informações mais específicas sobre a brutalidade do professor Virgílio, logo, não é possível afirmar se o mesmo excedia ou

não do que estava previsto na legislação. Acredita-se que tal docente era particular, pois a relação com a aula de meninos foi atribuída ao professor Ernesto e, com relação à aula do sexo feminino, foi mencionada a professora D. Quetéria.

Com relação à memória gloriosa, Saviani (2008) aponta para o fato de que nacionalmente foi adotado obrigatoriamente o método e da forma de organização preconizados pelo “ensino mútuo”. De acordo com Castanha (2017, p.1057): “A base da aprendizagem se dava pela constante repetição dos exercícios, levando os alunos a memorização dos conteúdos estudados”. Dessa forma, possuir uma memória primorosa era considerada uma grande qualidade. Faz-se mister mencionar que:

A docência constitui parte imprescindível dos processos educacionais previstos nos projetos de civilização, progresso e ordenação de sociedades no século XIX, concebidos por agências governamentais ou não. O magistério público, em tais circunstâncias, confere ao ofício a particularidade de atuar em nome do Estado, mas também de ser peculiarmente afetado por ele. Da mesma maneira, atua na sociedade e é afetado por ela e por suas demandas sociais, ainda que algumas sejam configuradas como bandeiras de determinados grupos, (MUNHOZ; BORGES, 2018, p.1).

Destaca-se que o memorialista considerava Dona Quetéria “a melhor professora que até hoje tem aparecido aqui”, (STENZEL FILHO, 1980, p.22), segundo a qual “o Sr. Aquiles Porto Alegre, já lhe fez apologia em um dos livrinhos que tem publicado”, (STENZEL FILHO, 1980, p.22). Com relação ao professor Ernesto, cujo saber era considerado pequeno, além de desleixado, Stenzel aponta:

Quase sempre vinha para a escola de bombachas de chita e em mangas de camisa.

Quando ficou viúvo, reunia suas filhas, três ou quatro meninas, ao redor da sua mesa, em plena aula, e aí as penteava e catava. Em compensação, era muito brabo, razão pela qual tinha muitos inimigos. Quando não estava sendo processado, estava processando alguém. Foi removido para Bom Jardim e creio que ainda vive.

Stenzel foi aluno do professor Ernesto, o que pode ser verificado no seguinte excerto: “Na casa seguinte, em que reside o Capitão Mariante (de pau-a-pique e sem reboco), morava uma velha chamada Flor Vidal, a qual tinha dois filhos, sendo que

um, o Domingos, andou comigo na escola do Ernesto”, (STENZEL FILHO, 1980, p.23). Pode-se dizer que o memorialista possuía uma opinião deveras crítica sobre o docente, a qual pode ser influenciada pela perspectiva do mesmo enquanto estudante, tendo em vista que tais afirmações são realizadas com base em suas memórias. Deve-se ter em conta que, conforme o Regulamento de 1857, somente poderiam exercer o magistério cidadãos brasileiros que comprovassem maioria legal, moralidade e capacidade profissional. A primeira era comprovada por meio de documentação; a segunda, através de fichas corridas dos locais de residência dos últimos três anos e atestados dos devidos párocos; por fim, a capacidade profissional era verificada por prova oral e escrita. Sobre a docência, conforme Borges e Texeira (2021):

Apesar dos efeitos da regulação normatizadora do ofício que incidiam em torno da formação, seleção e exercício docente, cabe considerar as diversidades regionais, as culturas escolares e experiências docentes que conferiram diferentes matizes aos processos de constituição da profissão, (BORGES; TEIXEIRA, 2021, p.3).

Logo, ainda que se tenha uma regulamentação a qual prevê uma seleção, não é possível afirmar se o docente selecionado efetivamente apresentava o conhecimento necessário para sua atuação. Dessa forma, cabe refletir sobre os vários fatores que incidem sobre as palavras de Stenzel, tais como sua relação com o docente e o fato de não podermos comprovar sua competência.

## **5.Considerações finais:**

Este estudo encontra-se em fase inicial, contudo, objetivou-se apresentar as possibilidades de investigação feitas com base na obra de um memorialista, Antônio Stenzel Filho, o qual dedicou sua obra à Conceição do Arroio até 1872. Como mencionado anteriormente, é fundamental ter em conta que os escritos do autor não são feitos com base em documentos, mas em suas memórias, as quais denomina reminiscências.



Como mencionado anteriormente, Stenzel não dedicou um capítulo ao tema educação ou instrução, entretanto, ao delinear o traçado urbano em sua descrição das ruas, as quais provavelmente utilizavam a nomenclatura do ano de sua publicação, são indicados os locais em que as aulas eram realizadas. Algumas menções a cada um deles, alguns com mais detalhes.

A problematização das memórias com documentos diversos, especialmente os censos e os regulamentos da instrução pública permitem vislumbrar o cenário educacional do então jovem município, emancipado de Santo Antônio da Patrulha. Além disso, a obra de Stenzel contém vários elementos de ordem conjuntural, que permitem compreender a sociedade em que tais aulas inseriam-se. Dessa forma, considera-se que foi fundamental buscar informações sobre o autor, ainda pouco pesquisado, as quais se encontram disponíveis no *Álbum do Partido Republicano Castilhistas* e sobre Conceição do Arroio, durante o século XIX (seja entre 1858 e 1872). Tem-se em conta que há muito o que investigar para que seja lançada luz a essa região pouco estudada no âmbito da História da Educação, o que se constitui em justificativa para a continuidade das pesquisas sobre a História da Educação no século XIX em Conceição do Arroio.

### **Referências bibliográficas:**

ÁLBUM DO PARTIDO REPUBLICANO CASTILHISTA, 1932.

ALVES, Anderson; TRESPACH, Rodrigo (orgs.). **Amor à Arte**: Antônio Stenzel Filho e seu tempo. Porto Alegre: *Pragmatha*, 2015.

ARRIADA, E.; TAMBARA, E. A. C. A cultura escolar material, a modernidade e a aquisição da escrita no Brasil no século XIX. **Educação**, v. 35, n. 1, 28 mar. 2012.

BORGES, A.; TEIXEIRA, G. B. Francisco Alves da Silva Castilho: um professor na invenção da Escola Brasileira oitocentista. **Cadernos de História da Educação**, v. 20, n. Contínua, p. e002, 21 nov. 2020.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRAGA, Reginaldo Gil. Folias do Divino, bandas e foguetórios em antigos povoados açorianos do Rio Grande do Sul (Brasil): transformando e reorganizando antigas tradições ou (re)inventando raízes baseadas em rotas atlânticas recentes– **Anais Encontros de Investigação em Performance**, Universidade de Aveiro, Maio de 2011.

CASTANHA, A. P. Os métodos de ensino no Brasil do século XIX. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 17, n. 4, p. 1054–1077, 2017. DOI: 10.20396/rho.v17i4.8651232. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8651232>. Acesso em: 13 jul. 2021.

DOMINGUES, Viviane Pedroso. ESPECIFICANDO A VALIDADE DO ESTUDO SOBRE MEMORIALISTAS ATRAVÉS DO USO DA TEORIA DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH**, São Paulo, julho 2011.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Da província de São Pedro ao Estado do Rio Grande do Sul** – Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre, 1981.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**: morfologia e história. Tradução: Frederico Carotti. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

GOULART, Thiago Martins. **As Histórias Marginais**: os memorialistas e a produção de conhecimento histórico no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado), Universidade de Passo Fundo, 232p, 2007.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos. ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Romagem do tempo e recontos da memória**: reflexões metodológicas sobre História Oral. São Leopoldo: Oikos, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1990.

IZQUIERDO, Ivan. **Questões sobre a memória**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, 2.ed.

MUNHOZ, Fabiana Garcia; BORGES, Angélica. Apresentação do dossiê: Magistério Oitocentista: contribuições da história da educação na problematização de questões de gênero, etnia e protagonismo docente. **Revista Brasileira de História da Educação**, 2018, vol.18

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2009.

RIO GRANDE DO SUL. Lei da Instrução Primária de 1837. **Leis, atos e regulamentos**

**sobre educação no período imperial na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Brasília: INEP/SBHE, 2004. In: TAMBARA, Elomar; ARRAIADA, Eduardo. (Org.). (Coleção Documentos da Educação Brasileira).

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. - 2.ed. Rev. e ampl. - Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

STENZEL FILHO, Antônio. **A Vila da Serra** (Conceição do Arroio): Sua descrição física e histórica. Usos e costumes até 1872. Reminiscências. Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1980.

TAMBARA, Elomar. Trajetórias e natureza do livro didático nas escolas de ensino primário no século 19 no Brasil. **Revista História da Educação**, v. 6, n. 11, jan./jun. 2002.

VILAR, Pierre. **Pensar historicamente**. Barcelona: Crítica, 2001.

\_\_\_\_\_. **Iniciação ao vocabulário da análise histórica**. Lisboa: Edições João Sá da Costa, Ltda., 1985.

WITT, Marcos Antônio. Política e magistratura no Brasil Imperial. O litoral norte do Rio Grande do Sul como um estudo de caso. **Revista Justiça & História** - Volume 2, n.º 3.

---

<sup>1</sup> Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS/Campus Osório; Doutora em Educação - Linha de Pesquisa Filosofia e História da Educação - FaE/UFPEL; Pós-doutora em Educação - Linha de Pesquisa Educação, História e Políticas - PPGEDU - Unisinos. E-mail: martiarena.augusta@gmail.com  
ORCID: 0000-0002-1118-3573

<sup>2</sup> Possui graduação em Licenciatura em Filosofia (UFPEL) e Bacharelado em Direito (UCPel). Especialista em Filosofia Moral e Política (UFPEL), Especialista Educação (FAE-UFPEL), Especialista em Direito Ambiental (Dto/UFPEL), Mestre pelo PPGE (UFPEL), Doutorado pelo PPGE/Unisinos (Bolsista CAPES-PROEX) tendo cursado Doutorado sanduíche em Portugal. É professora no ensino superior, trabalhando com temática dentro de Políticas Públicas de educação, história da educação,

---

direito e cidadania. Membro do Grupo de Pesquisa Democratização e internacionalização como desafio: a qualidade da educação superior no Brasil, e membro do grupo de pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3679-0273>

- 3 Esta pesquisa conta com bolsas de IC do CNPq e da FAPERGS.
- 4 Este álbum foi publicado em 1932.
- 5 Conforme Stenzel Filho (1980), Tavares casou-se com esposa da família Azevedo e tornou-se proprietário de terras. Não menciona a propriedade de escravos, como faz com outros vereadores.
- 6 Com base na informação de Stenzel Filho (1980), era tio do General Osório, que ficou conhecido por atuar na Guerra do Paraguai.
- 7 Stenzel Filho (1980) informa que era primo do General Osório.
- 8 De acordo com Stenzel Filho (1980) era pai do Tenente-Coronel Joaquim Antônio de Sousa Neto, falecido após a Revolução de 1893.